

A “CRISE ORGÂNICA” ESTIMULADA NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

*Dequex Araújo Silva Júnior **

*Gilberto Protásio dos Reis ***

RESUMO: O artigo analisa as causas do paradoxo entre a maior estruturação de órgãos e aprimoramento da legislação penal e penitenciária, nos governos federais brasileiros autoidentificados com o pensamento de Antonio Gramsci, e a escalada de criminalidade no Brasil no mesmo período. O argumento é que essa disparidade resulte do rebaixamento da cultura ocidental sob indução de uma crise orgânica na segurança pública. Em seguida, procura-se demonstrar que a implantação e avanço da agenda gramsciana no país foram facilitados pelo aumento da porosidade da cultura brasileira a esse ideário, que por sua vez deveu-se à imposição da antropoteização litúrgica ao segmento católico da população brasileira, à politização gramscista da agremiação laica de sacerdotes dessa crença no território brasileiro, e à adesão ao mesmo sistema de ideais revolucionárias por parte de significativa parcela da intelectualidade nacional. Ao final, sugere-se maior atenção das autoridades policiais militares às implicações e ao peso da variável cultural.

Palavras-chave: Gramscismo, Segurança Pública. Crise Orgânica. Revolução Cultural. Criminalidade.

THE "ORGANIC CRISIS" STIMULATED IN BRAZILIAN PUBLIC SAFETY

ABSTRACT: The article analyzes the causes of the paradox between the greater organization of organs and improvement of criminal and penitentiary legislation, in Brazilian federal governments self - identified with the thought of Antonio Gramsci, and the escalation of criminality in Brazil in the same period. The argument is that this disparity results from the downgrading of Western culture under the inducement of an organic crisis in public security. Next, it is tried to demonstrate that the implantation and advancement of Gramsciana agenda in the country was facilitated by the increase of the porosity of the Brazilian culture to this ideology, that in its turn was due to the imposition of the liturgical anthropoteização to the catholic segment of the Brazilian population, to the the gramscista politicization of the lay association of priests of this belief in Brazilian territory, and the adherence to the same system of revolutionary ideals by a significant portion of the national intelligentsia. In the end, greater attention is suggested by the military police authorities to the implications and weight of the cultural variable.

Keywords: Gramscism, Public Security. Organic crisis. Cultural Revolution. Criminality.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar da Bahia/ Universidade Estadual da Bahia. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Salvador. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Batista Brasileira. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira. Currículo Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/1455748373661314>>.

** Doutor em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (Minas Gerais). Pós-graduado “Lato sensu” em Gestão Estratégica da Segurança Pública e Especialista em Segurança Pública. Presidente do Conselho Editorial da Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (ibsp.org.br). Currículo Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/4271140603320731>>.

1. INTRODUÇÃO

A questão da segurança pública no Brasil há mais de duas décadas vem se tornando tema central dos debates políticos, das várias pesquisas científicas dentro das universidades e das pautas da mídia. Entretanto, os programas políticos para a redução da insegurança pública, as hipóteses e proposições explicativas (originárias dos ditos “especialistas” em segurança pública, quase todos oriundos das ciências sociais), e o que é reproduzido pelos diversos meios de comunicação, respectivamente, não são eficazes, não explicam os fenômenos da violência e da criminalidade, desinformam mais do que informam.

No campo político, os programas de segurança pública parecem ser implementados para não darem certo. Ademais, as leis criadas pelo legislativo favorecem àqueles que cometem crimes, penalizam os cidadãos que se defendam de um atentado criminoso e ainda tolhem cada vez mais as ações das polícias no combate à criminalidade.

Este artigo tem como objetivo explicitar o caráter estimulado, não autônomo, da crise na segurança pública brasileira e os interesses envolvidos na produção do efeito desejado, que é o aumento em vez da redução da criminalidade. Com isso, se abre uma frente de investigações que consideram a expressão “prevenção criminal” como algo dependente de ações num nível muito mais profundo de intervenções por parte das Polícias Militares, em que à revolução cultural estimulada possa ser contraposto o monitoramento preventivo e a emissão de alertas à sociedade brasileira, por parte dessas corporações.

Quatro pressupostos norteiam as análises ¹. O primeiro é de que a crise

¹ Trata-se de um pressuposto, pois não há um juízo definitivo que nos leve ainda a uma proposição, ou seja, a um enunciado declarativo, a uma afirmação.

vivenciada no campo da segurança pública não é ocasionada por uma obsolescência do Sistema de Justiça Criminal, como vem sendo propagado por diversos setores da classe política, da intelectualidade e da mídia, mas por um fomento provocado por partidários dos gramscismo. O segundo pressuposto é de que a causa primeira da atual elevação da violência e da criminalidade consiste no processo de barbárie em curso, provocado pela crise orgânica, que desvaloriza a Alta Cultura em prol da Baixa Cultura. Esse processo de barbárie faz parte da estratégia da Revolução Cultural gramsciana, que é desencadeada pelo grupo dirigente, mais especificamente os *intelectuais orgânicos* germinados ainda no período ditatorial. O terceiro pressuposto é de que a postura metodológica será dialética, mas no sentido dado por Mário Ferreira dos Santos, de metodologia empiricamente embasada para o esclarecimento de ideias.² Ele segue a linha aristotélica que fixou a dialética como a arte de clarear as ideias e expandir o conhecimento, sem perder, contudo, o contato com a realidade empírica, buscando investigar, de forma cuidadosa, o campo das ideias e as implicações destas na realidade, e vice-versa. Por fim, como quarto pressuposto, presume-se que o modo indicado para pensar com clareza sobre o problema da crise orgânica e as possíveis formas de superá-la seja a *visão concreta do homem* proposta pelo mesmo filósofo brasileiro.³

O artigo está dividido em seis seções. Na Seção 2 enfocam-se as linhas gerais do projeto de dominação política desenvolvido por Antonio Gramsci,

² Isso diz respeito à seguinte conceituação: “[...] a dialética é uma metodologia, que trabalha através das ideias para esclarecê-las, fundada na experiência” (SANTOS, 2017, p. 54)

³ Segundo Santos (2017), por meio dessa “visão concreta” a pessoa humana é vista como o ser que “[...] sofrendo a ação do meio ambiente e sob ele exercendo a sua ação, é determinado, e determina-se proporcionalmente às suas possibilidades e às possibilidades do meio ambiente” (SANTOS, 2017, p. 123).

percorrendo-se aí as suas fases, que são a econômico-corporativa, a da luta pela hegemonia e a estatal; nesta última é explicitada a nova face do gramscismo, que consiste no uso da Organização das Nações Unidas (ONU) para, sob a fachada de defesa de interesses universais, como o da proteção do meio ambiente, o respeito à diversidade de opiniões e a imagem de confiabilidade que todo produto intelectual acrescido da palavra “científico” evoca, ampliar e reorientar a antiga estratégia de internacionalização da “ditadura do proletariado”, promovendo assim um novo tipo de Guerra Fria, mais sofisticado e aparentemente inofensivo, porque norteado pela ideia de “cultura”, a qual nesse formato de suspensão da resistência que a antiga tática da luta armada suscitava, funciona como um cavalo de Troia nas sociedades ocidentais.

Na Seção 3, aponta-se o contexto cultural e geográfico de introdução desse artefato de guerra cultural que é o gramscismo no Brasil, em termos de segurança pública, que consiste na integração entre ideologia revolucionária e o crime organizado, no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro (na Ilha Grande) e em São Paulo (no Carandiru); são elencados nesse ponto do texto os principais documentos e livros que serviram à formação ideológica do público carcerário, que foi parte da estratégia de cooptação das classes subalternas (criminosos incluídos), paralelamente à análoga mobilização de inteligências na elite intelectual brasileira, fora dos presídios, para atuarem como intelectuais orgânicos (repetidores da doutrina gramsciana travestida de ciência) e visando produzir uma nova interpretação da realidade econômica do país.

Ainda nessa terceira partição do artigo, descrevem-se as inovações aparentemente benéficas que os governos de esquerda fizeram ao longo de duas décadas à frente da Administração Federal e o paradoxal número de homicídios registrados no país nesse mesmo período, e se busca com isso embasar o argumento de que a

política de segurança pública, produzida por intelectuais orgânicos, esteve desfocada, não enfrentando o real problema; apontam-se as contradições estimuladas por meio do gramscismo em segmentos importantes da sociedade, no mesmo período, gerando divisões, conflitos e a sensação de desnorteamento típica do processo de implantação da doutrina gramsciana de destruição da Alta Cultura e das instituições tradicionais que a sustentam, tendo em vista a valorização do inferior, a influência do negativo e a valorização do criminoso, como táticas de inversão sociocultural na cultura brasileira, para forçar a decadência do ciclo cultural usando para isso o fabianismo e o gramscismo político-partidário e suas respectivas coligações.

A Seção 4 enfoca os fatores emergentes e os predisponentes da criminalidade brasileira. Neste ponto é tratada a questão de como se tornou possível engendrar essas inversões culturais e essas táticas fabianas e gramscistas em um país de maioria declaradamente cristã, considerando-se que o cristianismo é justamente um anteparo cultural de oposição a ambas as linhas marxistas. Para responder e detalhar a resposta a esse questionamento, é esmiuçado o que foi o Concílio Vaticano II e qual o impacto cultural desse evento que se passou no âmbito da maior e principal organização religiosa internacional da cultura ocidental, aquela exercente de influência e possuidora da maior quantidade de adeptos no Brasil em relação aos demais países, a Igreja Católica Apostólica Romana.

São aí analisadas duas decisões de cunho estratégico da cúpula dessa entidade macrocultural do catolicismo, quais sejam, a inédita aproximação com a cúpula comunista por parte de dois sucessivos Papas e a implantação pelo segundo, de um rito que coincide com os objetivos de agentes infiltrados na mesma organização vários anos antes, destinado a modificar silenciosamente a própria religiosidade dos sacerdotes e dos fieis, para passarem a ser gramscistas. Esses dois fatos são aqui analisados quanto ao impacto nas crenças

mais elementares e imprescindíveis do catolicismo. Na sequência, rumo à finalização da Seção, verifica-se como o artefato cultural gramscista, que foi a partir de então introduzido entre os católicos brasileiros, a Teologia da Libertação (TL), recebeu direcionamento também para a intelectualidade nacional, pondo-a a serviço dos mesmos ideais de transformação de lideranças em apoiadores das ideias comunistas. Com esse desenho geral pretende-se ajudar a começar a explicar em que medida a mobilização dos segmentos sacerdotal, laico e intelectual dessa vertente religiosa brasileira foi relevante para o desarmamento psicológico de praticamente toda a sociedade, e sobre como isso se mostrou importante para a elaboração de ações pelo executivo federal ineficientes para a produção de impacto na criminalidade.

A Seção 5, por fim, tem natureza conclusiva quanto a como todo o discutido nas seções anteriores produz o problema da ineficácia das políticas de segurança pública e traz também alguns apontamentos acerca de certas providências iniciais que as organizações encarregadas da prevenção e reação criminal poderiam adotar, como princípio de reversão dessa conjuntura altamente desfavorável. Para começo de reflexões, portanto, convém conhecer a estratégia de estimulação do caos que advém da doutrina gramsciana.

2. A ESTRATÉGIA GRAMSCIANA DA ESTIMULAÇÃO DO CAOS

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um marxista italiano que desenvolveu um pensamento político inovador em relação ao marxismo-leninismo, mais especificamente, como trata Coutinho, “numa linguagem dialética, ‘**superação-conservação**’ do pensamento de Marx e de Lenine” (COUTINHO, 2005, p.9). O objetivo estratégico dele foi o de implantar o *socialismo marxista*, contudo, “[...] o objetivo político-

ideológico é realizar a nova concepção do mundo, a nova civilização, a última síntese: o **comunismo**” (COUTINHO, 2005, p. 27). Segundo Roger Scruton, Gramsci “[...] foi para os anos 1960 o que Lênin e Stálin foram para os anos 1930 e 1940: ele convenceu seus seguidores de que a prática revolucionária e a correção teórica são preocupações idênticas”, onde “o aprendizado traz sabedoria; e de que a sabedoria é revolucionária” (SCRUTON, 2014, p. 12).

A utopia gramsciana condena a ideia de Lênin, alerta Coutinho (2005), que consistia no ataque frontal ao estado para tomar de forma imediata o poder, por meio do emprego da violência revolucionária. Ou seja, não é a estratégia leninista, do que Gramsci denominou de *guerra de movimento*, que deve ser adotada nas sociedades ocidentais, pois tal método é válido somente nas sociedades orientais, como ocorrera na Rússia em 1917. Nas sociedades ocidentais capitalistas, onde a sociedade civil é forte, ativa e com boa articulação com a sociedade política, a estratégia adotada deveria, na ótica gramsciana, ser semelhante à *guerra de posição*, que é longa, mas obstinada, a qual se processa no seio da sociedade civil, conquistando cada trincheira, cada defesa da classe burguesa dominante.

Segundo Berit Kjos (2009), o italiano e comunista Antonio Gramsci foi quem primeiro instigou essa reorientação da estratégia dos russos, e o fez após perceber que o comunismo tradicional, como era praticado até então à moda revolucionária e violenta, estava fadado ao fracasso; por isso Antonio Gramsci propôs a continuidade da revolução, mas pela via cultural, sem derramamento de sangue. Ela teria os mesmos objetivos dos que haviam tomado a Rússia e formado a União Soviética em 1917. Para tanto, os alvos escolhidos foram o cristianismo, o modelo de assistência social no Ocidente e o nacionalismo.

Essas frentes escolhidas por Gramsci deveriam ser atacadas mediante uso da técnica dialética hegeliana, isto é, pelo convencimento aos grupos que se

opusessem à ofensiva comunista, de que fosse saudável estabelecer um diálogo apesar das diferenças. Esse diálogo teria por estrutura um trinômio: a tese (assim considerado o pensamento conservador ocidental), a antítese (que seria o pensamento comunista) e a síntese, que é a nova composição de ideias que adviria da mescla entre o conservadorismo e o comunismo (KJOS, 2009).

Para alcançar tal desiderato, Antonio Gramsci conduz o processo de transição para o socialismo marxista em três fases: *Fase Econômico-Corporativa*; *Fase da Luta pela Hegemonia* e, *Fase Estatal*.

2.1. Fase Econômico-Corporativa

A primeira fase da transição para o socialismo, denominada de Fase Econômico-corporativa, corresponde, conforme Coutinho, “[...] ao período histórico de uma nação capitalista em que a burguesia é classe dominante e em que o proletariado, camponeses e elementos periféricos da sociedade constituem as classes subalternas exploradas” (COUTINHO, 2005, p. 33). Dentro do pensamento gramsciano, o proletário não possui unidade orgânica, pois é desorganizado e está preso ao reino das necessidades.

Os sindicatos, que constituem produtos do próprio capitalismo, são de natureza econômico-corporativa e estão preocupados com os interesses imediatos da categoria profissional. A sociedade civil, por outro lado, é o “lôcus” onde a burguesia possui, ao mesmo tempo, uma posição hegemônica e dirigente, onde há um predomínio do individualismo econômico egoísta. Para reverter essa situação e criar as condições da transição progressiva para o socialismo, duas atividades são fundamentais: a *Organização do Partido* e a *Defesa da democracia liberal* (COUTINHO, 2005, p. 33-34).

A organização do Partido é de vital importância para conduzir o processo de

transformação, à medida que torna possível desenvolver o novo estado socialista e a cosmovisão comunista, não sendo, assim, um partido político com um programa de governo, mas um partido revolucionário, que busca criar uma nova civilização. Esse partido, conforme Coutinho (2005, p. 34), “[...] estará em contínua evolução, assumindo acumulativas funções”, adotando, assim nessa fase econômico-corporativa “uma feição de **partido-orgânico** ou de **partido-classe**”.

No percurso, na busca pela hegemonia, “torna-se o ‘intelectual coletivo’ que realiza as transformações radicais que, finalmente, estabelecerão o socialismo, estágio que antecede o comunismo” (COUTINHO, 2005, p. 34). Nesse sentido, a função principal do Partido, conclui o autor, “[...] é hegemônica, isto é, a de direção (influência e orientação) política e cultural das massas, da sociedade e, na última fase do processo, do Estado” (COUTINHO, 2005, p. 35). Tal agremiação político-partidária “[...] é o organismo de formação dos seus próprios membros, dos homens de estado e de governo, dos dirigentes da sociedade civil e da sociedade política”, tonando-se “[...] o elaborador das novas intelectualidades, tanto no campo teórico (compreensão da classe e difusão da concepção do mundo) como no campo da prática, dirigentes qualificados e profissionalizados de vários graus” (COUTINHO, 2005, p. 36).

No que tange à defesa da democracia liberal, a formação e o desenvolvimento do Partido precisam de um ambiente democrático, nessa estratégia gramsciana. A democracia proporciona, conforme Coutinho (2005), um ambiente de liberdade propício à propagação da revolução por meio dos intelectuais aderidos ao processo revolucionário.

A manutenção do contexto democrático oferece um grau de legitimidade que suaviza todo o processo de transição da sociedade liberal-democrática ao socialismo. Em situações onde há uma ditadura militar ou fascista, o Partido buscará atuar com a finalidade de estabelecer o regime

democrático, pois a condição de liberdade política se torna necessária para a transição ao socialismo.

A luta pela implantação do regime democrático, segundo Coutinho (2005), enseja o estabelecimento de uma aproximação com os adversários políticos, bem como um ataque sistemático à imagem da ditadura (daí a obsessão em repetir até a exaustão, que o regime militar brasileiro, do período de 1964 a 1985, haja sido uma ditadura, pois só assim a opinião pública aceitará que ele seja criticado, combatido como um grande mal e não como meio pelo qual se deu a defesa da mesma democracia contra a tentativa anterior de implantação do comunismo no país pelo governo que os militares federais e estaduais depuseram sob amplo apoio popular).

Essas alianças, durante a fase econômico-corporativa, conclui Coutinho, inspirariam o conceito moderno de “pluralismo das esquerdas”, onde a transição para o socialismo, até o momento da tomada de poder, possa ser dirigida pelo Partido Orgânico (que no Brasil são o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista Brasileiro), juntamente como os demais partidos de esquerda (que são o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Social Democrático Brasileiro e praticamente todos os demais).

2.2. Fase da Luta pela Hegemonia

Essa fase se constitui no movimento de disputa da *hegemonia* entre a classe dominante, no caso a burguesia liberal, e as classes dominadas, no caso as classes subalternas. Diferentemente da concepção marxista-leninista, o agente histórico e revolucionário gramsciano não se resume ao proletariado, mas agrega todos os que, segundo o pensamento marxista, sejam explorados pelo sistema capitalista. Ademais, a tomada do poder também é invertida em relação ao marxismo-leninista, pois, conforme Olavo de Carvalho, enquanto a “[...] revolução leninista tomava o poder para

estabelecer a hegemonia, [a revolução gramsciana] conquista a hegemonia para ser levado ao poder suavemente, imperceptivelmente” (CARVALHO, 2014, p. 57).

Se, no sistema democrático-liberal, a hegemonia burguesa ocorre na sociedade civil, a fim de se tornar a classe dirigente, mas por intermédio da sociedade política (o Estado liberal burguês), tornar-se a classe dominante, então a estratégia gramsciana consiste em, num primeiro momento, retirar a hegemonia da classe burguesa do interior da sociedade civil, colocando-a nas mãos das classes subalternas (passando a se constituir na classe dirigente), e, na etapa seguinte, estabelecer o consenso (a conformação, a concordância, a adesão espontânea e livre da coletividade aos propósitos do Partido).

Nessa fase, segundo Coutinho, a luta pela hegemonia “busca preparar as condições políticas e culturais para a tomada do poder e, para isto, tem três objetivos em profundidade” (COUTINHO, 2005, p. 41): a) “Desenvolver o grupo subalterno; elevação da ‘classe corporativa’ à condição de ‘classe nacional’ dirigente”; b) “Inferiorizar a burguesia”; c) “Enfraquecer o Estado burguês” (COUTINHO, 2005, p. 42).

Nessa fase, o Partido tem a função de difundir a cosmovisão comunista. Ele será: a) “O experimentador histórico de tal concepção (no interior do partido, ‘o reino da necessidade já passou ao reino da liberdade’); b) “O formador das novas intelectualidades ‘totalitárias’ (unitárias e universais), os dirigentes por adesão individual”; e, c) “O reformador intelectual e moral da sociedade” (2005, p. 43). Essas novas atividades do Partido, juntamente com as atividades exercidas na fase econômico-corporativa, diz Coutinho, “identificam-no como o ‘**intelectual coletivo**’, imagem expressiva e apropriada que, modernamente, lhe é atribuída” (COUTINHO, 2005, p. 44).

É dentro do Partido que surgem os *intelectuais orgânicos*, que terão como função precípua educar as massas para a tomada do poder. Há também os chamados *intelectuais*

intermediários, que exercem o papel de militantes e ativistas, e se encontram nas classes subalternas, bem como no campo técnico-produtivo. Também são cooptados os denominados *intelectuais tradicionais*, que estão vinculados aos valores e à cultura tradicionais, e embora não tenham identificação com a ideologia de classe, são tópicos em relação à defesa da matriz cultural de onde provêm. Todavia, são os intelectuais orgânicos que se constituem na elite e nos formuladores críticos dos conceitos ideológicos. Eles são os verdadeiros agentes históricos revolucionários. Não foi por acaso que Gramsci, alerta Scruton (2014), devotou uma parte considerável de sua obra ao papel desempenhado pelos intelectuais.

Na busca pela hegemonia realiza-se uma profunda reforma intelectual (ideológica) e moral (cultural) da sociedade civil. A reformas intelectual-ideológica realizadas pelos intelectuais orgânicos, aduz Coutinho, têm como objeto as classes subalternas, com a participação dos intelectuais tradicionais (consciente ou inconscientemente), onde estes podem assumir o papel de intelectuais orgânicos, quer por adesão, quer por ingenuidade. Todavia, a reforma moral-cultural não tem apenas como objetivo as classes subalternas, pois se dirigem também à classe dominante, ou seja, à burguesia, e nisso reside a “[...] finalidade de assimilá-la ou, pelo menos, de levá-la a aceitar as mudanças intelectuais e morais como parte de uma natural e moderna evolução da sociedade, explorando sua passividade, indiferença e permissividade” (COUTINHO, 2005, p. 49).

Com a revolução cultural se inicia a superação do senso comum, que consiste, conforme Coutinho (2005), em eliminar determinados valores tradicionais, bem como uma parte considerável da herança cultural (intelectual e moral) da sociedade burguesa, substituindo-as por novos conceitos e pragmatismos, como forma de abrir as mentes das pessoas para as transformações políticas, econômicas e sociais, visando à transição ao socialismo. Ilustrativamente, a subestimação da

gravidade do uso de drogas, empurrando para maiores quantidades o conceito de usuário, em lugar do de traficante, pode ser considerado um exemplo nesse sentido.

Esse processo de corrosão da cultura (não somente da cultura burguesa, mas da cultura ocidental) se identifica com que Santos (2012) denominou de “invasão vertical dos bárbaros”, onde estes são aqueles que “combatem toda e qualquer manifestação cultural” e a verticalidade é um tipo de invasão que penetra na cultura para solapar os seus fundamentos com vistas a preparar o caminho para os “elementos ativos corruptores” atuarem dentro do ciclo cultural, diferentemente da horizontalidade (invasão horizontal), que se constitui apenas em um tipo de invasão que penetra no território civilizado sem a finalidade de destruir os fundamentos culturais. Assim, pode-se inferir que os intelectuais orgânicos são os “bárbaros intramuros”, que “[...] se acham dentro do âmbito cercado pelos muros, em plena civilização, assumindo aspectos, vestindo-se com trajes civilizados, mas atrás dessa aparência, atuando desenfreadamente para dissolver a nossa cultura” (SANTOS, 2012, p. 14).

A difusão do novo senso comum não se dá apenas através do Partido, alerta Coutinho, mas por um amplo sistema orgânico e espontâneo dentro da sociedade civil, abarcando variados canais fora das organizações políticas (partido e Estado), tais como a mídia, as editoras, as escolas e universidades, as expressões artísticas e os intelectuais tradicionais. No entanto, o “[...] elemento dinâmico do sistema de difusão, como educador, transformador da cultura e elaborador de uma consciência coletiva homogênea, é o intelectual orgânico” (COUTINHO, 2005, p. 51).

Durante o processo de modificação do senso comum e quando já há uma consciência de classe e um sentimento de oposição entre as classes subalternas e a classe dominante, adentra-se então na *conscientização político-ideológica*, que consiste, diz Coutinho, em “[...] dar sentido político ao novo senso-comum para se formar o

consenso". Entretanto, o "[...] êxito desse trabalho depende da superação crítica do senso-comum (nova mentalidade) e do sentimento de pertencer a uma classe que busca a hegemonia (consciência política)" (COUTINHO, 2005, p. 52). Para se alcançar esse processo de conscientização, deve-se, inicialmente, "[...] apresentar uma 'filosofia' crítica (marxismo), em que se discutem as contradições e injustiças da sociedade burguesa capitalista [e, posteriormente] conduzir o 'simples' a uma concepção de vida superior, uma expectativa socialista" (COUTINHO, 2005, p. 52-53).

Tudo isso é conduzido pelos "intelectuais orgânicos em contínuo contato com os elementos subalternos, principalmente no seio das organizações privadas de hegemonia". Isto faz com que tal "aproximação, convivência e ligação entre os intelectuais e a massa", forje "um '*bloco intelectual moral*', tornando politicamente possível o desenvolvimento ideológico das classes subalternas" (COUTINHO, 2005, p. 53).

Ocorre o consenso quando há uma conformidade dentro do grupo social em relação às iniciativas da sociedade política, para alcançar os fins desejados pela sociedade civil. Desta forma, explica Coutinho, "[...] o consenso é uma manifestação de apoio que, a bem dizer, só se efetivará objetivamente quando a classe subalterna já estiver no poder, tornando-se classe dominante" (COUTINHO, 2005, p. 53). Tal acordo de vontades "[...] se manifesta em diferentes momentos, à medida que a classe subalterna vai ganhando consciência política e expressa hegemonia"; tem como características ser permanente, ser organizado e ser ativo; e, se manifesta "não só pela atitude consciente de aprovação coletiva e pelo trabalho voluntário (militância), mas principalmente": a) "pela opinião pública que se expressa nas pesquisas de opinião e nos meios de comunicação social"; b) "pelas demonstrações coletivas e ostensivas levadas a efeito por manifestações públicas,

paradas e comícios" (COUTINHO, 2005, p. 55).

A estratégia gramsciana nessa fase é bastante destrutiva pela barbárie que ela processa, pois vai focar na neutralização do sistema de defesa e de obstáculos das sociedades liberal-democráticas dos países capitalistas, que são muito fortes (mas não só nestas, como é o caso atual da América Latina, onde os países não são nem sistemas capitalistas e nem democracias avançadas, sendo essa neutralização ainda mais devastadora). Para alcançar tal objetivo, a estratégia se direciona para identificar os elementos da sociedade civil e do aparelho do Estado que representam o sistema de defesa através da *guerra de posição*.

Para a tomada de poder e a transição para o socialismo, será fundamental a neutralização desse sistema de defesa burguês. A neutralização é complexa e necessita, segundo Coutinho (2005), de um "[...] amplo trabalho psicológico, político e ideológico que realiza o esvaziamento do moral do elemento humano das organizações burguesas, de tal modo que elas perdem o seu valor funcional e ético perante a sociedade civil" (COUTINHO, 2005, p. 56). Isso produz um processo contínuo e progressivo de: a) "Enfraquecimento (desarticulação e perda de sustentação política, legal e da opinião pública)"; b) "Esvaziamento (isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético – 'denuncismo', quebra da coesão interna – 'racha' e 'deslocamento' ou 'isolamento')"; c) "Constrangimento e inibição (patrulhamento, penetração ideológica e infiltração de intelectuais orgânicos e tradicionais arrivistas na escola, no judiciário, nos órgãos de comunicação social, na área editorial, etc)"; e, d) "Perda dos valores religiosos, morais, cívicos e da tradição histórica e cultural da nação" (COUTINHO, 2005, p. 56-57).

Esta fase (a luta pela hegemonia, por meio da guerra de posição) é a ação estratégica gramscista mais relevante e fundamental para a tomada de poder (que

ocorrerá na última fase) e depois instalar o socialismo. A estratégia, como vimos, visa anular tudo que representa a burguesia como classe dirigente e enfraquecer os aparelhos de coerção do Estado (polícia, exército e judiciário). Ela consiste na dominação da sociedade civil pela via revolucionária, no âmbito ideológico-cultural, e o término dessa fase só ocorrerá após destruir os valores da burguesia (que podem ser qualificados como valores ocidentais), tendo como consequência a desordem social.

2.3. Fase Estatal

Na Fase Estatal se inicia a tomada do poder pelas classes subalternas, mediante a ação do Partido. Essa tomada do poder ocorre por meio de quatro atos, segundo Coutinho (2005, p. 63): 1º “Direção da crise orgânica (política, econômica e social) que desestabiliza o estado burguês”; 2º “Ruptura e conquista do poder”; 3º “Fundação do novo estado e implementação da nova ordem”; e, 4º “realização das transformações socialistas”.

Para efeito da análise sobre o que tudo isso significa em termos de segurança pública, deve-se ater apenas ao primeiro ato, a “direção da crise orgânica”, pois nos alinhamos ao sentimento de Coutinho (2005), quando observa que dentro da atual realidade brasileira (objeto empírico de análise deste trabalho) a fase da *luta pela hegemonia* já obteve sucesso e que a etapa vigente é a da *crise orgânica*. Isso significa dizer que não houve a *tomada do poder* (o segundo ato) ainda como, por exemplo, está ocorrendo na Venezuela com a ditadura de Nicolás Maduro.

A crise orgânica ou institucional antecipa as condições para a tomada do poder e é direcionada pelo Partido através, inclusive, de métodos subversivos. As crises econômicas e parlamentares são itinerários, segundo Coutinho (2005), importantes para se chegar à crise orgânica, principalmente a crise parlamentar. A crise econômica não provoca de forma imediata a crise orgânica,

mas possibilita a propagação de ideias e pensamentos que podem criar o contexto para a crise institucional.

A crise no parlamento, ocasionada pela crise dos partidos políticos, *grosso modo*, por conta de multiplicação deles (como ocorre no Brasil), pode oportunizar ao partido das classes subalternas a se apresentar como única solução possível por demonstrar organização, coesão e hegemonia. Com isso, pode chegar ao poder a partir de oferecimento de programas proféticos para a resolução da crise. Essa crise, diz Coutinho, “[...] é um caminho interessante de se chegar ao poder, mantendo todas as aparências de fidelidade ao jogo político democrático” (COUTINHO, 2005, p. 69).

Na seção seguinte aborda-se mais a questão da crise orgânica, a partir da crise da segurança pública no Brasil, que no entendimento dos autores deste artigo, é uma consequência da revolução cultural ora em vigência no país, promovida pelos partidos de esquerda para a implantação do socialismo e com o apoio, inclusive, de organismos internacionais. Antes, porém, cabe enfatizar que a fase estatal do gramscismo usa a força da institucionalidade do Estado brasileiro, no seu relacionamento com as Nações Unidas. Conforme Pascal Bernardin (2015), na pesquisa em que ele analisa “O Império Ecológico ou A subversão da ecologia pelo globalismo”, há um projeto em plena vigência que visa reacender as chamas do comunismo de forma global, com a liderança das Nações Unidas, e ele consiste em mascarar sob interesses universais o que na verdade não passa de uma reorientação de estratégia inicialmente tentada pela “ditadura do proletariado”. Essa análise ofertada por Bernardin (2015) evidencia, portanto, que está havendo também na ONU uma transição da revolução violenta, de Karl Marx, para a revolução pelo falso consenso, de Antonio Gramsci.

Semelhantes considerações a respeito do aparelhamento ideológico da ONU encontram-se em Sanahuja (2012),

que fala do uso do poder psicológico da referida organização internacional e suas agências afins, para distorcer a realidade, ir contra a ciência e solapar a liberdade dos indivíduos. Ele cita, como exemplo disso, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, como sendo um dos casos de uso da ONU para atacar as democracias.

O mesmo Sanahuja (2012) alega que tudo isso constitui uma reedição da Guerra Fria, porém com viés cultural e não mais belicista. Por essa via aparentemente pacifista, procura-se impor um pensamento único, para assim solapar a liberdade e promover agendas que visam minar por dentro os países considerados adversários pelos russos. O esforço inicial de uso da internacionalização do discurso mobilizador ocorreu, prossegue ele, mediante o Relatório Kissinger,⁴ que inspirou conferências internacionais nos anos 1990.

Tudo isso configura o uso da clássica tática de guerra utilizada pelos gregos contra os troianos. Admitir a dialética hegeliana e, por meio dela, as táticas culturais de Antonio Gramsci, equivale a colocar um cavalo de Troia para dentro da cidadela ocidental, ou seja, pôr o comunismo no interior da maneira de raciocinar, de aplicar as leis morais e de aplicar o pensamento sobre a realidade metafísica do mundo (assim considerados, por exemplo, os valores universais, que têm a força de gerar espontânea concordância).

O sutil invasor, munido de Hegel e Gramsci, busca assim entrar na civilização ocidental, sem que esta o tome como algo

perigoso, do mesmo modo que, segundo narrado por Homero (2004), no lendário embate entre troianos e gregos, aqueles haviam sido ludibriados por estes, que os fizeram pensar na desistência da guerra, à medida que embarcaram e foram embora, deixando na praia apenas um grande cavalo de madeira, o qual foi tomado como não significador de qualquer perigo. Levado para dentro dos muros, dele desembarcaram, na madrugada, os soldados gregos que dentro dele haviam se escondido. Os militares gregos abriram por dentro os portões da cidade e com isso o exército grego, que apenas fingira ter ido embora, voltou, tomou Troia e a destruiu.

3. A REVOLUÇÃO CULTURAL NO BRASIL E A CRISE ORGÂNICA

Vivencia-se nos dias de hoje a pior crise no campo da segurança pública. O principal exemplo desse colapso total nessa área é o Rio de Janeiro, que no início deste ano de 2018 tornou-se palco da decretação pelo governo federal de uma intervenção nesse ente federativo. O Rio de Janeiro é um exemplo do que pode ocorrer nas demais unidades da Federação, se não forem adotadas estratégias eficientes, eficazes e efetivas para gerenciar e reverter essa crise. Essa Unidade Federativa litorânea brasileira é o caso mais proeminente da crise orgânica, porque nela é possível constatar o grau de incivilidade e de violência a que se chegou nessa seara das políticas públicas, e o precedente histórico da *associação entre a ideologia gramsciana e o crime organizado*.

Não é desconhecido para alguns estudiosos da área que o crime organizado nasceu nos presídios cariocas (e depois os paulistas), e que essa organização se deu por conta da relação existente dentro dos presídios entre presos políticos da esquerda revolucionária e os presos comuns. A esse respeito, Amorim (1993) ressalta que, no presídio da Ilha Grande – local onde surgiu o Comando Vermelho – passaram muitos

⁴ Alfred Kissinger foi Secretário dos Estados Unidos, de 1968 a 1976, sendo então presidente Richard Nixon e depois Gerald Ford. Durante o período em que assessorou essas duas autoridades, propôs o que lhe parecera consistir na estratégia ideal para seu país garantir, no longo prazo, a supremacia perante outros que estavam em vias de se equiparar ao mesmo: o controle do crescimento da população do Brasil, Índia e outros com potencial de competir com os americanos, no futuro. Para isso, seria preciso convencer a população desses países a usar anticoncepcionais e reduzir o tamanho das famílias, dentre outras providências (KISSINGER, 1974)

arquitetos revolucionários como, por exemplo, o padre Alípio Cristiano de Freitas, um português que chegara ao Brasil em 1957, entrara para a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), organização cuja origem foi a Juventude Católica, pertencente aos setores progressistas da Igreja na região Nordeste⁵, depois saiu e fundou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Durante o regime militar ainda foram presos na Ilha Grande, ressalta Amorim (1993), “[...] representantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), da Aliança Libertadora Nacional (ALN ou Alina), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da VAR-Palmares” (AMORIM, 1993, p. 68). Os criminosos aprenderam muitas técnicas de guerrilha (de luta armada), mas aprenderam também a ideologia da esquerda revolucionária marxista.

Relata Amorim (1993) que muitos documentos e livros de revolucionários adentraram a Ilha Grande: “Um documento da Aliança Libertadora Nacional (ALN), escrito pelo próprio fundador do grupo, Carlos Marighela, chegou às mãos do assaltante de bancos Carlos Alberto Mesquita [o número dois do Comando Vermelho] em 1975”. O documento foi *O pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano*, “– uma bíblia da luta armada – continha

⁵ Não é de admirar que a Teologia da Libertação, criada pela KGB durante o governo de Nikita Khrushchev, encontrou um ambiente muito favorável dentro da Igreja Católica a partir da década de 70. A Teologia da Libertação surge, conforme Pacea (ex-chefe do serviço de espionagem do regime comunista da Romênia e conselheiro do ditador Nicolae Ceausescu), para propagar o marxismo entre os camponeses religiosos da América Latina: “Em 1968, a KGB conseguiu manobrar um grupo de bispos esquerdistas latino-americanos, fazendo-os sediar uma conferência em Medellín, na Colômbia. A pedido da KGB, o meu DIE deu apoio logístico aos organizadores. O propósito oficial da conferência era ajudar a eliminar a pobreza da América Latina. Sua meta não declarada era legitimar um movimento político criado pela KGB e apelidado de ‘teologia da libertação’, cuja missão secreta era incitar os pobres latino-americanos contra a ‘violência institucionalizada da pobreza’ gerada pelos Estados Unidos” (PACEA; RYCHLAK, 2015, p. 151).

ensinamentos básicos para operações militares de pequenos grupos guerrilheiros [...]” (AMORIM, 1993, p. 71).

Outro livro foi *Revolução na Revolução?*, do francês Régis Debray, amigo do guerrilheiro e terrorista Che Guevara. Esse livro, diz Amorim, “[...] afirmava que a libertação dos povos partia do exemplo e da disposição de luta de ‘uma vanguarda armada revolucionária’, que seria capaz de sobreviver à repressão e ‘apontar o caminho da revolução’” (AMORIM, 1993, p. 71). *Guerra e Guerrilha* de Che Guevara também passou, conforme Amorim (1993), pela Ilha Grande.

A literatura clássica marxista também foi difundida no presídio. *O Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, e *A Concepção Materialista da História*, do russo Afanassiev, fizeram parte, diz Amorim (1993), dos estudos dentro do presídio. O fundador do Comando Vermelho, William da Silva Lima, o *Professor*, foi um assíduo leitor de Marx.

Essa breve narrativa do que consta no livro de Carlos Amorim é complementada por Carvalho (2014). Ele afirma que os mestres não se sentem identificados com os discípulos, quando estes põem em prática o que aprenderam deles; diz isso ao se referir aos presos políticos que doutrinarão os presos comuns da Ilha Grande (mas não só lá, pois o Carandiru também passou pelo mesmo processo no mesmo período) e que alguns estão hoje em cargos políticos.

As palavras, observações e constatações de Amorim (1993) e Carvalho (2014), somadas às análises descritivas e explicativas de Coutinho (2005) sobre as fases da estratégia gramsciana (na seção anterior) não só confirmam, mas também ampliam as proposições iniciais do artigo: 1º) há realmente a presença atuante de intelectuais orgânicos no país e já obtiveram êxito na luta pela hegemonia e no estabelecimento do consenso, cooptando não somente as classes subalternas (inclui-se aqui também os criminosos), mas também uma boa parte da elite econômica, que abriu

mão do *sensu comum ocidental cristão* e dos valores superiores para aderirem o novo sensu comum, que prioriza os valores inferiores⁶ e a forma incivilizada de vida; e, b) vige no país uma *crise orgânica* (ato inicial da Fase Estatal) por meio da revolução cultural promovida pelos intelectuais orgânicos e que se constitui na causa fundamental da elevação e do aperfeiçoamento da criminalidade no país.

De forma geral, a criminalidade e a violência no país mantiveram-se num patamar insustentável (média de 55 mil mortes por ano)⁷, durante os 21 anos e 235 dias dos governos de esquerda⁸. Nem mesmo a centralização das ações no campo da segurança pública, por parte do governo federal, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Plano Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Programa Nacional de Polícia Comunitária, todos criados entre 2000 e 2001, reduziram os índices da criminalidade nos estados.

Houve, nesse período, também a criação do Sistema Penitenciário Federal, em 2006, e do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em 2007, mas isso não resolveu a crise do sistema penitenciário. Ademais, as estratégias de parceria preventiva e de segregação punitiva, respectivamente, de características proativo-

preventiva e reativo-repressiva, que visavam, conforme Silva Júnior (2010), aumentar o controle sobre a criminalidade sucumbiram ante o poder de fogo, a organização e a flexibilidade da criminalidade.

Essa realidade empírica reforça a percepção de que a política de segurança pública nacional não se direciona para o real problema, ou seja, substituir as contradições existentes na sociedade, criadas pelos adeptos de Antonio Gramsci, pelas antinomias, no sentido dialético dado por Santos (2017), de reunião dos separados. As políticas de segurança pública, que, *grosso modo*, são delineadas pelos intelectuais orgânicos, não visam reduzir a diácrise (separação entre as classes dirigentes e as classes subalternas), mas alargá-la ainda mais, sem qualquer possibilidade de síncrize (reunião das duas classes em conflito).

Isso é porque o objetivo consiste em estabelecer justamente a crise orgânica. É por meio do método dialético marxista que os gramscianos criam as contradições não só de classes, mas outras tantas: dentro da família, entre pais e filhos e entre esposos e esposas; dentro das igrejas, entre sacerdotes e fieis; nas escolas, entre professores e alunos; no campo do gênero, entre homens e mulheres; no campo da sexualidade, entre heterossexuais e homossexuais; no campo étnico, entre brancos e negros, e assim sucessivamente. A forma para estabelecer essa diácrise é justamente através da revolução cultural.

No Brasil dominado pela ideologia gramsciana, o *sectarismo* e o *exclusivismo* (que estão no núcleo da diácrise da crise orgânica) se apresentam camuflados pelo discurso do politicamente correto e dos direitos humanos, que na verdade significa os direitos (sem deveres) das classes subalternas (que se constituem nos dirigentes de hoje) em detrimento dos direitos e deveres de todos. Esse sectarismo e o exclusivismo são, conforme Santos (2012), característicos da invasão bárbara vertical.

Na esteira desse processo de sectarismo e exclusivismo, todas as formas de autoridade tradicionais, os valores

⁶ As diferenças entre valores superiores e inferiores estão tratadas mais adiante.

⁷ Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2016, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2015 foi registrado: 58.467 mortes violentas intencionais; 45.460 estupros; 110.327 apreensões de armas de fogo; 3.320 mortes decorrentes de intervenção policial; e, 358 policiais vítimas de homicídio. O documento ainda relata que entre janeiro/2011 a novembro/2015 houve mais vítimas de morte violenta intencional no Brasil (279.567 mortes) do que no período de março/2011 a novembro/2015 durante a guerra da Síria (256.124 mortes).

⁸ Fernando Henrique Cardoso, 1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003 (8 anos); Luiz Inácio Lula da Silva, 1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011 (8 anos); e, Dilma Rousseff, 1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016.

considerados superiores, o bom gosto, a conduta civilizada, e tudo mais que os intelectuais orgânicos denominam de cultura burguesa deverão ser substituídas, segundo a ótica gramsciana, como visto na seção anterior, por um novo senso comum que surge a partir do esvaziamento moral das classes definidas como burguesas (mas que na verdade são aquelas classes comprometidas com o pensamento liberal, pensamento conservador, pensamento ocidental e pensamento cristão) de modo que elas percam o seu valor funcional e ético perante a sociedade civil. Esse novo senso comum inverte os valores, substituindo os de natureza superior pelos seus correspondentes inferiores.

Consideram-se valores superiores e inferiores aqueles cujas características Santos (2012) indica, traçando paralelos com a cultura bárbara atual, onde é possível assinalar algumas delas por estarem em consonância com o objeto de análise: “Valorização de tudo quanto em nós afirme a animalidade”; “Supervalorização da força”; “Valorização acentuada da agilidade e da capacidade meramente física”; “Valorização exagerada do corpo em detrimento da mente”; “Valorização do visual sobre o auditivo”; “Acentuada supervalorização romântica da intuição, da sensibilidade e da sem-razão”; “A superioridade da força sobre o Direito”; “A propaganda desenfreada e tendenciosa”; “A valorização da memória mecânica”; “Valorização da horda e da tribo”; “A exploração sobre a sensualidade”; “A disseminação do mau gosto”; “Acusações ao cristianismo”; e, “A valorização do criminoso”.

Tomem-se como exemplo quatro características das inversões promovidas pela barbárie e que atuam diretamente no campo da segurança pública: a *superioridade da força sobre o Direito*; a *valorização do inferior*; a *influência do negativo*; e a *valorização do criminoso*. Santos (2012) afirma que uma das mais acentuadas características do barbarismo vertical é apresentar a *força como superior ao direito*, onde a justiça não é objeto de especulação, mas o arbítrio do legislador, do

detentor do poder político, impondo o direito pela força e o assegurando por meio da sanção, onde: o “O direito afasta-se do campo da Ética para integrar-se apenas ao campo político”; “O direito da força supera a força do direito”; e, “os interesses particulares predominam sobre os gerais, a vontade popular é anulada e subordina-se à da *kerateria* [poder]” (SANTOS, 2012, p. 28).

No que se refere à *valorização do inferior*, Santos (2012) diz que não é somente uma “desenfreada especulação do que é baixo (crime, delinquência, vício, sensualismo excessivo, acentuação das formas viciosas, baixa literatura, supervalorização do herói popular, afagado pelas multidões e recebendo as mais altas pagas, etc.)”, mas uma “inversão que se faz de tais valores, a ponto de se pretender estabelecer que o mais alto consiste em ser o mais baixo” (SANTOS, 2012, p. 49).

A *influência do negativo* diz respeito ao aumento da negatividade em relação aos principais valores durante os períodos de decadência dos ciclos culturais, que atinge “a validade ética a determinados atos e modos de proceder”, tendo como resultado “o alheamento aos princípios morais”, afastando os homens uns dos outros, onde “a atomização social aumenta a ponto de não haver mais possibilidade de compreensão entre dois seres humanos, que não podem mais ‘dialogar’ [...]” (SANTOS, 2012, p. 52).

A *valorização do criminoso*, por fim, reflete muito bem essa inversão, pois para o bárbaro, segundo o filósofo, o criminoso é visto com benevolência quando não atinge a sua tribo ou horda; é visto como herói quando investe contra um inimigo da tribo; mas quando o criminoso perpetra contra um dos seus, há aí o crime pleno. Isto significa que, nas palavras de Santos: “O crime não é concebido enquanto em si mesmo, ou em relação à coletividade, mas apenas em relação ao objeto da lesão criminosa, a vítima” (SANTOS, 2012, p. 86).

Encontram-se todas as inversões citadas acima na realidade sociocultural brasileira, principalmente as quatro

destacadas, demonstrando, assim, a fase de decadência do ciclo cultural brasileiro (tomem-se como referência de início do ciclo cultural brasileiro os meados do século XVIII e início do século XIX, quando o pensamento liberal passou a reger a visão de mundo dos intelectuais e políticos nacionais)⁹. Elas estão relacionadas com o posicionamento político atual de conquista e conservação do poder, em detrimento de uma estratégia política de harmonização dos interesses individuais e sociais ou até de uma alternância de poder entre posicionamentos ideológicos diferentes, que sempre é benéfica à democracia. Essas duas décadas de poder da esquerda socialista, quer na versão do fabianismo (Partido da Social Democracia Brasileira e coligações), quer na versão do gramscismo (Partido dos Trabalhadores e coligações), engendrou uma crise política sem precedentes e que reflete em todas as outras esferas.

É claro que, nesse ambiente multifacetado (fatores predisponentes) de crise, os indivíduos (fatores emergentes) assumem uma postura individualista e desconfiada, onde a insegurança torna-se a tônica. É nessa postura individualista que se detecta a diácrise, pois os fundamentos da solidariedade deixam de existir e a capacidade de se reagrupar, ou seja, de realizar a síncriese, torna-se impossível. Essa situação tem reflexo direto na segurança pública, pois eleva o número de conflitos não só entre os indivíduos, mas também entre as tribos, somando-se a isso a penetração da criminalidade organizada não somente nas periferias das cidades, mas também nos núcleos de poderes. No caso das periferias, o crime organizado busca subverter a população no sentido de aderir ao novo senso comum; quanto aos núcleos de poder, as organizações criminosas

almejam o próprio poder por meio legal, vide as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que até partido já têm naquele país.

Diante do exposto, é possível pensar sobre os fatores emergentes e os predisponentes da criminalidade brasileira, condição essencial para que se torne possível saber com clareza qual a nova postura que os órgãos encarregados da segurança pública possam adotar, para lidar com a ora demonstrada complexificação (politização) da natureza da criminalidade no país.

4. FATORES EMERGENTES E PREDISPOENTES DA CRIMINALIDADE BRASILEIRA

Todo o quadro teórico-empírico descrito, referente ao que é e como tem sido implantada a mentalidade gramsciana no Brasil, não pode ser adequadamente compreendido, se não for esclarecida a seguinte questão: como tudo isso foi possível, num país em que a quase totalidade da população se declara cristã, nas pesquisas demográficas promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)?

A resposta a isso passa pelo entendimento do que seja uma guerra cultural. Segundo Jorge Boaventura de Souza e Silva (1921-2005), tal expressão significa a macroestratégia deflagrada por iniciativa do regime político comunista russo, então sob a liderança de Joseph Stalin (1878-1953), contra as sociedades capitalistas, na primeira metade do século XX e continuada ininterruptamente desde então. Tal estratégia foi formulada para instabilizar, em prol daquele país, a cultura dos povos vistos como adversários por suas lideranças comunistas (BOAVENTURA, 1983).

Outro enfoque, bastante parecido, a respeito da guerra cultural russa contra o Ocidente é o procedido por Curtis Bowers. De acordo com ele, os alvos culturais visados por Joseph Stalin nessa ofensiva

⁹ Segundo Antonio Paim (PAIM, 1987, p. 18), “o tema da pessoa humana, a busca de uma filosofia política e as relações entre filosofia e ciências são as questões essenciais com que se defrontou o pensamento filosófico brasileiro” no seu nascedouro. Isso significa dizer que o pensamento político nacional nasce sob a forma liberal a partir do problema da pessoa humana.

foram os pilares que mantêm em pé e em ordem todo o modo ocidental de viver: o patriotismo, a moralidade e a espiritualidade. O propósito desse tipo de guerra, ele explica, é distorcer a visão de mundo da população dos países-alvos no tocante a esse tripé, renegando-o, de modo a que por essa via de traição as suas origens, ela trabalhe para sua própria auto-desestruturação nessas três frentes (BOWERS, 2010).

Entender isso exige olhar para as iniciativas de Angelo Giuseppe Roncalli (1881-1963) e Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini (1897-1978), tomadas no desempenho de suas funções sacerdotais, quando respectivamente estiveram no topo da hierarquia católica. Ambos produziram uma guinada antropocêntrica na Igreja. Os dois cardeais, quando respectivamente ocuparam a função de Papa, foram o convocador e o encerrador do Concílio Vaticano II. Este consistiu numa reunião internacional que levou a Roma todos os bispos católicos e, ainda que não tenha sido esse o propósito original do encontro, que era o de reiterar a doutrina tradicional, veio a ser publicizado como se tivesse sido feito para promover uma abertura institucional da Igreja, em relação a outras crenças e até aos ateus.

Em 1970, o último referido titular da Cátedra Petrina implantou a “Missa Nova”, que desde então vem sendo instrumentalizada para os tais fins do “diálogo”. Dom Angélico Sândalo Bernardino escreveu sobre o desempenho dos dois sacerdotes quando foram Papas, o seguinte:

A postura da Igreja mudou a partir do Concílio Vaticano II, quando ficou claro que a Igreja busca é um diálogo sincero. Partindo da fraternidade e observando a prudência, desse diálogo ninguém deve ser excluído, nem os que não creem em Deus, nem mesmo os que se opõem à Igreja e a perseguem. Esse ensinamento confirmou-se, na prática, na ocasião histórica em que o papa João XXIII acolheu, pela primeira vez, um dirigente comunista como Alexei Adjubei. Paulo VI completou o gesto do papa recebendo no Vaticano, em 1967, o presidente da União

Soviética, Nicolai Podgorny.
(BERNARDINO, 1984).

Vê-se, pois, que o diálogo à moda hegeliana foi posto em prática pelos dois máximos dirigentes católicos. Outro detalhe é que tal mudança ocorreu no final dos anos 1960, tempo que coincide com o encontro entre políticos e criminosos comuns nos presídios cariocas e paulistas, no Brasil. Ou seja, a principal força de resistência ao gramscismo foi desarmada por dentro, no mesmo período em que a ameaça à Alta Cultura brasileira passou a ter um viés de gradual transição para a lógica de Antonio Gramsci e sua crise orgânica, em lugar da de Karl Marx e sua revolução sangrenta.

Na “Missa Nova” de Paulo VI operou-se algo que, no linguajar teológico, pode-se definir como a relação causal entre modo de rezar (“*lex orandi*”) e modo de crer (“*lex credendi*”): aquele foi modificado e produziu impacto neste. Na prática, o jeito de fazer orações mudou e com ele as crenças a ele associadas. Pode parecer desprezível a sutileza, mas a troca da posição do sacerdote, antes de frente perante o Altar e de costas em relação ao povo, significa ênfase teocêntrica, enquanto a posição predominante do sacerdote de costas para o Altar e de frente para o povo indica uma ênfase antropocêntrica.

Na esteira dessa e de outras mudanças, as missas católicas foram transformadas em ambientes de comunitização. Carré (1991) conta que, no ano de 1938, um certo agente da Polícia Secreta Russa,¹⁰ identificado nesta pelo código “AA-1025” (para significar Anti-Apóstolo número 1025), ingressou em um seminário, passou pelo processo de formação eclesial, tornou-se sacerdote católico, tendo vindo a participar do Concílio Vaticano II, para assim, como os demais infiltrados galgar posições na hierarquia, assumir posições nas cúrias e congregações, fazer, de dentro para fora, a defesa de ideias capazes de por em xeque

¹⁰ “Komitet gosudarstvennoi bezopasnosti” (KGB).

posições tradicionais da Igreja, tão antigas quanto ela própria, dentre elas a Teologia da Libertação (TL).

A TL tem sido, nesse contexto, o meio de promover o diálogo à moda hegeliana, benéfico aos objetivos comunistas, e de garantir o ataque ao patriotismo, à moralidade e à espiritualidade. Tendo sido idealizada pela agência de inteligência russa, no governo de Nilita Krushchev (PACEPA; RYCHLAK, 2015), foi implantada no Brasil pelo catarinense Genésio Darci Boff (Leonardo Boff), segundo Marcos Boeira, o qual afirma também que boa parte da intelectualidade brasileira é adepta desse movimento marxista e que, para o fazer progredir, tais simpatizantes buscam compensar a insustentabilidade científica desse construto, recorrendo a autores estrangeiros que afirmam ideias similares, como Dussel, Derrida e a Escola de Frankfurt (BOEIRA, 2009).

Por isso, a mencionada inculcação sutil de uma nova mentalidade explica a quase apatia dos católicos diante da situação de sacerdotes se colocarem na liderança de invasões de terra, bem como da transformação de certas unidades universitárias católicas em verdadeiros centros de propagação de ideias de Karl Marx, Escola de Frankfurt e pensadores associados, propiciando a indução dos alunos desses estabelecimentos de ensino superior a aderirem a posições pseudoteóricas favoráveis à propagação do comunismo. É verdade que nada disso não anulou a Igreja nem sua doutrina contrária ao comunismo, mas indubitavelmente reduziu a quase uma nulidade a presença da Missa tradicional no território nacional e pôs a maioria dos católicos respirando, no ambiente dos templos, a atmosfera comunista.

O impacto disso na abertura subjetiva de cada um, à consideração da criminalidade como um mal social decorrente do capitalismo, foi lento, mas inevitável: da rigorosa cultura que obrigava a todos a ficar atentos aos pecados mais

banais e mantinha na rotina religiosa do crente a sensação de dever comparecer espontaneamente a algum “tribunal da Penitência” (confessionário), passou-se a uma outra cultura religiosa, em que as confissões se tornaram predominantemente comunitárias, sem o antigo constrangimento de o fiel se ver obrigado por sua consciência, a dizer seus erros a um ouvinte sacerdote, no anonimato dos confessionários. A julgar pela finalidade a que se propõe a referida prática católica, é possível inferir que, nesse ato voluntário e privado, muitas ideias que tendiam a pavimentar carreiras criminosas puderam encontrar alertas de advertência para serem voluntariamente conduzidas a um silencioso fim.

O que tem sido visto no Brasil, porém, é que o próprio mobiliário inerente a isso, peça importante para cada fiel ter sua identidade e privacidade protegidos inclusive da curiosidade do próprio sacerdote que lhes ouviria a confissão, tornou-se peça de museu na maioria das paróquias brasileiras. Sem dúvida isso representou um enfraquecimento da luta pessoal de cada um contra desvios de comportamento em relação à cultura cristã clássica, e uma facilitação à adesão à ideia de que a culpa deva ser atribuída ao rigorismo de instituições tradicionalmente responsáveis pelo estímulo à submissão à moralidade cristã.

Além disso, operou-se aos poucos, na relação entre os fieis e os sacerdotes, a transição de uma relação de respeito, para uma outra, de desprestígio, sempre com fundadas razões. Isso passou a ocorrer porque, salvo exceções, a classe sacerdotal começou a ser retratada negativamente por conta de desvios de conduta de uma parte de seus membros, o que veio a desestimular a confiança dos fieis neles e a causar rupturas destes em relação à Igreja, com grande evasão de católicos para outras crenças.

Seria, porém, um erro supor que as evasões tenham vindo (e continuem) somente das adesões a alguma cosmovisão protestante, que as pesquisas do IBGE continuam indicando ser algo que avança a

cada novo levantamento estatístico. A própria estrutura da Missa clássica foi transformada para ser um instrumento de protestantização. A mudança litúrgica produzida em comum acordo entre Paulo VI e os líderes de pelo menos seis agremiações autoidentificadas com o protestantismo, foi realizada em função do que os comunistas conseguiram fazer no Concílio Vaticano II, isto é, implantar a mentalidade comunista a partir da liturgia.

Não é demais lembrar que a ênfase na subjetividade, típica de toda linha protestante, torna facilitada a propagação da ideia de que cada um seja seu próprio Papa e sua própria Igreja, o que, na prática, viabiliza a adesão dos crentes a combinações entre cristianismo e outras doutrinas que a cada um pareçam razoáveis, dentre elas o comunismo. Todas essas sutis transições foram tornando apto o campo para a propagação do gramscismo no Brasil. Tornou-se assim facilitada e até estimulada a sensação de que as desigualdades econômicas seriam algo intercambiável automaticamente com a ideia de injustiça social. Em outras palavras, tornou-se mais fácil convencer católicos e protestantes, de que o capitalismo e a cultura ocidental clássica sejam os inimigos a serem combatidos.

A partir dessa atmosfera, as ideias de Carlos Mariguella (1911-1969) e Saul Alinsky (1909-1972) encontraram terreno fértil. O utopismo do brasileiro Mariguella foi resumido por ele mesmo ao conceder entrevista ao jornal francês “Front”, como sendo de busca de aprendizagem e aplicabilidade das táticas e das teorizações que haviam sustentado a chegada de Fidel Castro ao poder em Cuba. O objetivo era lutar contra o regime político do qual ele discordava, usando para isso a mobilização de outros simpatizantes e o ataque armado, em forma de guerrilha (MARIGUELLA, 1969).

O pensamento mariguelliano pode ser situado em algo maior: a mentalidade revolucionária violenta, que tem em Saul Alinsky seu mais enfático e metódico cultor.

Ele ensina táticas para, no campo da cultura, por em prática a utopia gramsciana. Dentre essas táticas está a de procurar desmoralizar o serviço desempenhado pelas corporações que sejam um entrave para o alcance dos objetivos de pessoas que se identifiquem com a doutrina do radicalismo (ALINSKY, 1971). Não causa estranheza, por isso, um manifestante haver direcionado um rojão contra a tropa da Polícia Militar, matando acidentalmente um cinegrafista que ali registrava tudo.

Em conjunto, a absorção de tais ideias explica a simpatia aos pressupostos revolucionários marxianos (linha violenta) e sua transição ao viés gramscista (linha cultural), por parte de líderes políticos de origem católica, como se viu no radicalismo “a la Alinsky” por uma ex-integrante da Var-Palmares que foi alçada ao poder Executivo por meio das urnas, para citar um caso mais conhecido, e serve para explicar também a liderança pró-Gramsci, ainda que indireta, exercida por um líder religioso católico de renome nacional que, quando promovido a Cardeal em 1973, vendeu o prédio destinado ao exercício de suas funções religiosas e com o valor obtido deu impulso logístico às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), células de discussão do Evangelho nas periferias paulistas, que tinham por lema o combate à miséria e à pobreza, mas que na prática foram ambiente propício à propagação da Teologia da Libertação (de linhagem assumidamente gramsciana).

Quanto ao radicalismo puro e simples, conforme tivemos ocasião de registrar noutra pesquisa (REIS, 2018), ele se observou recentemente, nas manifestações políticas de 2013 e 2014, quando foram atiradas “bolas de gude” contra cavalos da Polícia Militar mineira, em Belo Horizonte; no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014, um rojão atingiu a cabeça de Santiago Ilídio Andrade, quando filmava uma manifestação na condição de cinegrafista da TV Bandeirantes. Antes disso, “[...] em São Paulo, houvera ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) a policiais e familiares” (REIS, 2018, p. 37).

À medida que o comunismo é um anticristianismo, tal relação de fatores é digna de atenção, porque a passagem da cosmovisão cristã à cosmovisão gramscista tem reflexos significativos na coesão social. O cristianismo, declara Santos (2017), surgiu como uma força de coesão ante a coesão imposta à força do período de decadência do Império Romano. Esse solapamento da ética cristã está inserido na revolução ética que, conforme Bernardin (2015), “[...] deve eliminar todos os valores religiosos incompatíveis com a ideologia dominante”, bem como “aniquilar a influência da família e lutar contra ‘a transmissão ‘familiar’ dos preconceitos”. Para tanto, deve se “criar sociedades multiculturais, em seguida interculturais, para eliminar todos os particularismos religiosos e psicológicos que obstem a Nova Ordem Mundial” (BERNADIN, 2015, p. 83), com o objetivo de se criar uma identidade cultural universal.

O solapamento do cristianismo está no bojo da série de inversões de valores apresentada por Santos (2017), anteriormente mencionadas neste artigo. Tais reviravoltas, somadas às demais, criam um ambiente sociocultural (fatores predisponentes) adequado para manipular as consciências individuais e, por conseguinte, afetar os comportamentos individuais (fatores emergentes). Dentro dessa perspectiva, não só o aumento da criminalidade, mas o surgimento de formas mais cruentas de violências demonstram o nível de barbarismo que assola o Brasil.

O barbarismo engendrado pela revolução gramsciana visa modificar (como está fazendo) os fatores predisponentes por meio dos fatores emergentes, onde a inversão dos valores, a partir da exaltação dos valores inferiores, leva os indivíduos a não só pensarem de forma deletéria, mas agirem segundo esse deturpado entendimento da realidade.

Por outro lado, os bárbaros a que se refere Santos (2017) criam sucessivas crises nos fatores predisponentes, pois em contextos sociais, culturais, econômicos e políticos em crise, os indivíduos também

vivem em crise e ficam em busca de um salvador, que não é mais um ente metafísico, mas um ente imanente vendedor de promessas e ilusões, “profecizador” de um paraíso na terra, onde serão vivenciadas a justiça social, a liberdade e a igualdade. Essa crise, que é orgânica, e que é, conforme Santos (2017), “[...] instalada em todos os setores, tende a agravar a crise de cada região, e a estabelecer um clima crítico universal [por exemplo, a] crise, na economia, agrava a crise na política, na moral, etc., estas agravam aquela” (SANTOS, 2017, p. 176).

Do que aqui foi descrito e analisado nessa seção e nas seções precedentes, pode-se inferir que não há possibilidade de reduzir a criminalidade no país sem a adoção de estratégias gerais que neutralizem esse processo revolucionário em curso, antes que se consolide a terceira fase da estratégia gramsciana. Está em implantação a etapa inicial da última fase, mas ainda é perfeitamente reversível, basta que se adotem providências urgentes, no que tange à desarticulação dos processos mentais estimulados pelos intelectuais orgânicos e seus muitas vezes inconscientes apoiadores.

As estratégias gerais de reversão da crise orgânica na segurança pública brasileira, necessariamente devem visar os fatores emergentes, por meio do resgate dos valores superiores, e também os fatores predisponentes, mediante a contenção das crises nas diversas instituições, principalmente naquelas dedicadas ao controle social informal (família, religião, escolas) e formal (polícia, judiciário, forças armadas). As estratégias específicas no campo da segurança pública dependem das de cunho geral para atingirem o grau de eficiência, eficácia e efetividade tão almejado. Tomando como exemplo as favelas cariocas, não há política de segurança pública focada na intervenção policial que dê conta da criminalidade e da violência existentes em tais áreas, sem uma política pública de segurança que atue na modificação urbanística das favelas, de modo a tornar as ruas mais seguras, porque são as ruas,

conforme Jane Jacobs (JACOBS, 2000), que oferecem as oportunidades para que haja o crime.

Nesse sentido, a reforma urbanística é fundamental dentro de contextos urbanos onde não se observa qualquer infraestrutura que favoreça um sentimento segurança. Para Jacobs (2000), uma rua com infraestrutura deve ter três características; a) primeiro, “deve ser nítida a separação entre os espaços públicos e espaço privado”, não podendo misturar-se, “como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais”; b) segundo, “devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários da rua”, onde os “edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua”, não podendo, assim, “estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega”; e, c) terceiro, “a calçada de ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas” (JACOBS, 2000, p. 35-36).

Em nenhuma favela carioca ou no restante do país há política pública direcionada ao propósito de modificar os fatores predisponentes dessas áreas degradadas. Muito pelo contrário, encontram-se a mídia, os intelectuais e os políticos exaltando tais espaços de miserabilidade e insegurança, transformando-os em áreas turísticas como, por exemplo, os morros de Santa Marta, Rocinha e congêneres, inclusive com presença frequente de “celebridades” da música pop internacional, bem como em cenários para filmes de ação hollywoodianos. Ou seja, transformaram as áreas onde imperam os traficantes e as milícias – e todas as suas formas de violência, inclusive contra as populações desse território inóspito – em patrimônio cultural. Esse sistema de erro,

essa filodoxia¹¹ é típica da estratégia gramsciana de luta pela hegemonia e construção de um novo senso comum, que ora vigora no país e com a conivência dos vários setores da sociedade.

5. CONCLUSÃO: A INEFICÁCIA DO PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA GERENCIAR A CRISE ORGÂNICA E AGENDA DE MONITORAMENTO

Ao concluir este artigo, põem-se à prova os pressupostos iniciais. O primeiro pressuposto se referiu aos fomentadores da crise (classe política, intelectuais e imprensa) e suas estratégias gramsciana de tomada do poder. Foi descrito, na seção 3, que a revolução cultural está em curso e que já se encontra na etapa inicial: a crise orgânica da Fase Estatal. Ou seja, os intelectuais orgânicos inseridos nas referidas classes sociais estão obtendo sucesso nos seus intentos de transformar a sociedade brasileira num novo protótipo de socialismo na América Latina.

O segundo pressuposto se referiu à causa primeira da atual elevação da violência e da criminalidade. A esse respeito, a origem causal desse problema foi imputada ao processo de barbárie em curso, provocado pela crise orgânica, que promove a inversão

¹¹ Sobre a filodoxia, e o marxismo é um tipo de filodoxia, Michele Sciacca esclarece que os filodoxos, de forma contrária aos filósofos, “são amantes da opinião [...] e não amantes do logos, são antifilosofia e o anti dialógo: estão, pelo viés da ‘argumentação’ como meio de ‘persuasão’, do debate, da controvérsia entre várias opiniões a fim de que uma, pela força da ‘retórica’, seja mais persuasiva e prevaleça a despeito do seu conteúdo, a cerca do qual, de resto, não pode se indagar sobre problema da sua verdade ou falsidade, já que ao nível da mera doxa se está aquém do verdadeiro ou da falsidade, questão retrocedida ao ponto de partida da ilusão que, ultrapassando a verdade, fazem que melhor se dependem o particular múltiplo e a multiplicidade das opiniões ao redor do falso; e, assim, se perca também o particular e a opinião” (SCIACCA, 2011, p. 19).

dos valores, onde o que é inferior é exaltado e o que é superior é simplesmente refutado sem qualquer tipo de fundamentação plausível. Essa situação foi tratada na seção 4, a partir das denúncias feitas por Mário Ferreira dos Santos, filósofo cujas ideias que coincidentemente os intelectuais orgânicos se incumbiram de fazer desaparecer dos currículos acadêmicos, pois contrariava os seus propósitos revolucionários.

Adotando o sistema de erros, próprio dos falsos filósofos, os pseudoespecialistas em segurança pública de viés marxista transformam as consequências em causas, insistindo na infundada concepção de que a causa da violência e da criminalidade está na exploração do sistema capitalista, na desigualdade social, nas injustiças sociais provocadas pelo modelo de sociedade burguesa. Os mesmos “especialistas” omitem as mazelas do tipo ideal de sociedade que eles querem implantar, e o fazem camuflando os problemas da Venezuela, de Cuba, de tantos outros países socialistas, onde a repressão política aos que pensam de forma diferente é feroz e a população é tratada da forma aviltante.

O terceiro pressuposto tratou do postulado metodológico. Nesse ponto, buscou-se adotar a dialética de Mário Ferreira dos Santos, com o intuito de verificar as medidas tomadas pelos poderes públicos para a redução e controle da criminalidade. Conforme visto, nem as políticas públicas de segurança (aquelas que visam modificar uma dada realidade, por meio de estratégias proativo-preventivas), nem as políticas de segurança pública – aquelas que visam conter e reduzir os níveis de criminalidade e violência, através de estratégias reativo-repressivas – têm sido direcionadas para enfrentar a crise orgânica, com ações antinômicas capazes de revertê-la. O que se vê são ações contraditórias para agravá-la, como focado nas seções 4 e 5, por meio dos processos de sectarismo e exclusivismo (a sociedade brasileira está dividida por dezenas de tribos).

O aumento da criminalidade e da violência é decorrente desse processo, agravado pelas ações subversivas das facções criminosas – que foram doutrinadas pelo pensamento gramsciano – nos presídios, nas favelas, nas áreas nobres sitiadas pelas favelas dominadas pelo tráfico e pelas milícias. O curioso é o silêncio dos “especialistas” quanto a esse processo de ideologização pelo qual passaram o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) dentro dos presídios durante o regime militar. Também estranha a ausência de alusões às técnicas e táticas de guerrilha aprendidas no cárcere e que hoje são adotadas não só contra a polícia, mas também contra a população. O silêncio dos “intelectuais” alcança também o fato de que as modalidades de crime hoje vistas comumente foram ensinadas pelos comunistas nesse mesmo período: sequestro, assalto a banco, roubo de veículos para assaltos, atos de terrorismo e delitos análogos.

A partir da dialética da crise (diácrise/síncrise), verificou-se que os intelectuais orgânicos têm buscado fomentar a diácrise, mediante a dialética hegeliana, em todas as instituições sociais, mas sem abrirem qualquer possibilidade de uma síncrise, pois a presença de um pensamento oposto à ideologia gramsciana é rechaçada com veemência, o que inviabiliza qualquer tipo de diálogo. Dentro do novo senso comum, implantado pelos intelectuais orgânicos, a diácrise e a síncrise não são antinômicas, mas contraditórias, à medida que a presença de uma implica na ausência da outra.

O quarto pressuposto, por fim, tratou da relação entre os fatores emergentes e os predisponentes, no que tange à elevação da criminalidade. A esse respeito não parece pairar dúvidas de que a inversão de valores, com a exaltação dos inferiores em detrimento dos superiores, especialmente os de natureza cristã, construídos sobre os fundamentos sólidos do pensamento platônico e aristotélico, é causa fundamental da barbárie que ora se instalou na vida social

brasileira. Os indivíduos passam a negar os fatores predisponentes herdados em prol de uma nova configuração social, cultural, laboral, moral e política incerta, sem bases concretas, mas que constituem apenas aspirações embasadas em sistemas de erros de raciocínio.

Em síntese, as estratégias atualmente adotadas focam nos efeitos. Isso denota duas coisas: ou há um problema de conhecimento do objeto nos formuladores das políticas públicas, considerando que suas análises, formulações e implementações têm sido estéreis, ou está havendo uma ação propositalmente voltada a desmoralizar as instituições policiais, pois qualquer fracasso na segurança pública recai nos ombros das organizações policiais, especialmente da Polícia Militar, pelo seu grau de responsabilidade no âmbito do policiamento ostensivo orientado para garantir a ordem pública.

A crise orgânica na segurança pública brasileira é, portanto, uma realidade fora de dúvida. A reversão dessa crise passa pela maior atenção aos tratados internacionais ora vigentes do Brasil com a ONU, naqueles itens em que sub-repticiamente o Brasil tem aberto mão de sua cultura, e com a Santa Sé, no tocante à proteção dos direitos religiosos dos católicos conservarem as suas crenças sem que a classe dos eclesiásticos os transforme inadvertidamente, em um rito (a Missa Nova) que parece católico mas de fato não o é, em agentes da revolução gramsciana. O mesmo cuidado vale quanto ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a fim de que os protestantes brasileiros possam viver a sua crença em vez de serem manipulados e usados para a concretização da agenda gramscista, pois nesta não há lugar para as instituições que os protestantes (assim como os católicos) valorizam, como a família, a moral de Moisés (os Dez Mandamentos) e a Bíblia.

No nível da prevenção e reação contra a criminalidade, aos órgãos de

segurança pública põe-se o desafio e a oportunidade de monitorar, talvez por meio do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), a variável cultural desse segmento da coexistência dos brasileiros, por meio de um indicador de discernimento ético da população, pelo qual se meça continuamente o índice de garantia do direito à espiritualidade, ao patriotismo e à moralidade aos que ingressem em cursos universitários, aos que assistam a programação das cessionárias de tele e radiodifusão, de modo que tenham o direito de escolher entre a doutrinação gramsciana ou a sua contraparte, que é a cosmovisão própria da civilização ocidental.

Por fim, no que concerne às Polícias Militares, é hora de promover um debate aberto com o Ministério Público sobre a questão das audiências de custódia, de modo que os pressupostos de tal contexto de proteção dos direitos do preso seja livre de influências gramscianas, à medida que tal ideologia apregoa o turbamento do trabalho, da credibilidade e da eficiência policial. O mesmo vale em relação às comissões de direitos humanos das casas legislativas: a representação política e as associações profissionais das corporações encarregadas da ordem pública devem lutar pelo estabelecimento de termos não gramscistas de apuração de desvios de conduta e de avaliação do desempenho pelas instâncias de controle externo da atividade policial.

O gramscismo é um cavalo de Troia para a segurança pública brasileira. Como tal, deve ser estudado, não apenas pelo seu discurso e suas promessas, mas pelos seus efeitos reais e práticos no campo do convívio social. Constitui direito de todos os brasileiros ser alertados a respeito de ideários que ponham em xeque a linha que separa o delinquente do cidadão de bem. Por meio deste artigo de introdução do tema, os autores esperam que novos debates sejam suscitados.

REFERÊNCIAS

- ALINSKY, Saul David. **Rules for radicals**. New York: Random House, 1971.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BERNARDIN, Pascal. **O Império ecológico, ou A subversão da ecologia pelo globalismo**. Tradução de Diogo Chiuso e Felipe Lesage. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.
- BERNARDINO, Dom Angélico Sândalo. **Cristãos e marxistas aprendendo a conviver**. Lua Nova [online], v. 1, n. 1, p. 30-34, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BOAVENTURA, Jorge. **O mito da caverna e sua atualidade**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1983.
- BOWERS, Curtis. **Agenda: triturando a América**. Idaho, USA: Curtis Bowers, 2010. Disponível em: < www.youtube.com >. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BOEIRA, Marcus. O surrealismo na teologia da libertação. **Mídia sem Máscara**, 9 abr. 2009. Disponível em: < <http://blogsem mascara.blogspot.com.br/2009/04/o-surrealismo-na-teologia-da-libertacao.html> >. Acesso em: 13 abr. 2018.
- CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci**. 4ed. Campinas-SP: VIDE Editorial, 2014.
- CARRÉ, Marie. **AA-1025: The Memoirs of an Anti-Apostle**. Rockford, Illinois: Tan Books and Publishers, 1991 [1973].
- COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **A revolução gramscista no ocidente: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em os Cadernos do Cárcere**. 2ed. Rio de Janeiro: Sol Gráfica, 2005.
- HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa; revisão de tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Cidades)
- KISSINGER, Henry Alfred. (Coord.). **National Security Study Memorandum 200**. Washington, DC: Conselho de Segurança Nacional, 1974.
- KJOS, Berit. **De Marx a Lênin, Stalin e Gramsci**. [s.l.]: A Espada do Espírito, 2009. Disponível em: < <http://www.espada.eti.br/marx-gramsci.asp> >. Acesso em: 13 abr. 2018.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. [s.l.], 1969. Disponível em: < <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf> >. Acesso em: 19 dez. 2016.

PACEPA, Tenente-General Ion Mihai; RYCHLAK, Ronald J. **Desinformação**: ex-chefe de espionagem revela estratégias secretas para solapar a liberdade, atacar a religião e promover o terrorismo. Tradução de Ronald Robson – Campinas, SP: VIDE Editora, 2015.

PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. 4ed. rev. e aum. São Paulo: Convívio: 1987.

REIS, Gilberto Protásio dos. O Instituto Brasileiro de Segurança Pública e o desafio da escolha do paradigma para alta performance na observação científica da criminalidade. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, n. 1, v. 1, p. 24-54, 2018. Disponível em: < <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/7/7> >. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANAHUJA, Juan Claudio. **Poder global e religião universal**. Tradução de Lyège Carvalho. Campinas, SP: Ecclesiae, 2012.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia da crise**. São Paulo: É Realizações, 2017.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Invasão vertical dos bárbaros**. São Paulo: É Realizações, 2012. (Coleção abertura cultural).

SCIACCA, Michele Federico. **Filosofia e Antifilosofia**. Tradução Valdemar A. Munaro. São Paulo: É Realizações, 2011 (Coleção filosofia atual).

SCRUTON, Roger. **Pensadores da Nova Esquerda**. Tradução de Felipe Garrafiel Pimentel. São Paulo: É Realizações, 2014.

SILVA JÚNIOR, Dequex Araújo. Segurança pública como cultura do controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 4, n. 7, ago-set, 2010. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/75> >. Acesso em: 03 mai. 2018.